



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

REQUERIMENTO Nº _____/16
(Do Sr. Laercio Oliveira)

Requer a realização de Audiências Públicas para identificar e solucionar os entraves econômicos dos diversos setores da economia nacional.

Nos termos do art. 24, XIII, cc art. 32, VI, “b”, “c”, “j” e “p” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a este Plenário a realização de Reuniões de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão com o objetivo de identificar os entraves econômicos enfrentados pelos diversos setores econômicos e propor soluções.

Essas Reuniões de Audiência Pública, denominadas de **Debates Setoriais**, dividem-se em dois tipos: marcos legais e diagnósticos segregados. Para os Debates Setoriais relacionados aos marcos legais proponho os seguintes temas, dentre outros:

1. Pis-Cofins – não cumulatividade;
2. O negociado ante o legislado nas relações trabalhistas - Terceirização;
3. Acórdãos do TCU e a sua atuação nas obras públicas;
4. Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT;
5. Previdência Social;
6. Licitações.

Com relação aos Debates Setoriais visando os diagnósticos segregados, proponho os seguintes temas, dentre outros:

1. Indústria da Construção: geral, predial, componentes;
2. Serviços Financeiros: bancário, investimento, segurador, produtos (cartão de crédito e outros);
3. Serviços de Registros Públicos;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

4. Sistema Imobiliário Urbano: desenvolvimento urbano, incorporação imobiliária, comercialização imobiliária, locação predial e condomínios;
5. Comércio: atacadista, varejista, exportador, importador;
6. Serviços Profissionais Gerais;
7. Serviços Públicos Concedidos: portos e navegação; aeroportos e aviação; rodoviário e rodovias; ferroviário e ferrovias;
8. Serviços Públicos Concedidos: telecomunicações, energia, saneamento ambiental.

JUSTIFICATIVA

Propor e organizar debates sobre variados temas vinculados ao desenvolvimento econômico brasileiro é de alta significância em um momento de crise econômica de largas proporções.

O momento clama pelo debate entre as mais variadas fontes do empresariado e pela análise dos desafios estratégicos que são propostos aos entes governamentais.

A crise em que se encontra a economia brasileira se amplia, e o país deve fechar 2016 com o segundo pior desempenho econômico do mundo, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A estimativa do Informe Conjuntural – Economia Brasileira, da Confederação Nacional da Indústria, aponta que o Produto Interno Bruto (PIB) do país pode encolher 3,5% este ano, puxado especialmente pela retração industrial. O desemprego poderá alcançar 11% e o consumo das famílias tende a diminuir 3,3%. Nessa conjuntura, os investimentos empresariais terão redução de mais de 12%.

Já a estimativa para o PIB per capita é de que caia para um patamar inferior a 39%, se comparado ao pico de 2011. Na prática, quer dizer que os brasileiros ficaram mais pobres.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

O desemprego no Brasil alcançou a maior taxa da série histórica do IBGE. São 10,4 milhões de desempregados, apontou a última estimativa do órgão estatístico, em abril. Ou seja, 10,2% dos trabalhadores estão fora do mercado de trabalho, sem ocupação.

No setor industrial, o Brasil perdeu competitividade porque se transformou em um país caro. É o chamado custo Brasil. Os custos de energia, logística, juros altos, crédito seletivo, inflação em elevação e consumo enfraquecido dificultam o investimento produtivo.

O IBGE também aponta em recentes pesquisas a retração industrial em quase todos os setores pesquisados.

Há evidências de que a economia brasileira se atrasa em termos de produtividade em relação a outros países com os quais compete no mercado internacional.

Portanto, é preciso destravar investimentos, retomar a expansão econômica e aperfeiçoar dispositivos legais e regulatórios. Nesse sentido, acreditamos que nossas reuniões de audiências públicas, denominadas “Debates Setoriais”, contribuirão para o balizamento governamental e o estabelecimento de metas de médio e longo prazo para a retomada econômica do país.

Sala das Comissões, em _____ de 2016.

Dep. Laercio Oliveira
SD/SE
(SD/SE)